

## QUAL O BENEFÍCIO ESPERADO?

De acordo com o Ministro-Relator, Ubiratan Aguiar, é urgente e necessário que se alcance a eficácia e a efetividade da Lei nº 10.438/2002, pois o que lastreava sua concepção era implementar a equidade social. Porém, o que se constatou foi a existência de consumidores de alta e média renda sendo beneficiados pela tarifa social, enquanto consumidores de baixa renda são excluídos.

Assim, o TCU determinou ao Ministério de Minas e Energia que, em um prazo de 60 (sessenta) dias, informe “a respeito das providências adotadas para a redefinição dos critérios para o enquadramento de consumidores na subclasse baixa renda, notadamente aqueles de consumo domiciliar de até 80 KWH” de forma a evitar que alguns consumidores percebam indevidamente o benefício da tarifa social, bem como que consumidores de baixa renda subsidiem consumidores de média e alta renda.

---

---

## Seminário busca soluções para desenvolvimento do setor portuário

Ao abrir dia 17/6 o Seminário “Portos: em busca de soluções”, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Walton Alencar Rodrigues, disse que o evento concretiza a determinação do TCU de buscar soluções para a melhoria da gestão pública do país. Ele destacou que, ao promover o debate com os diversos agentes envolvidos, o tribunal pretende contribuir para o desenvolvimento do setor portuário nacional.

“Com base na sua ampla experiência de controle e no aperfeiçoamento e especialização técnica de seu pessoal, o tribunal se habilita, nesta oportunidade, a lançar a debate pontos fundamentais para o desenvolvimento nacional, elegendo o setor portuário brasileiro como tema de maior significância”, observou.

O presidente informou que, em 2007, o setor movimentou mais de 700 milhões de toneladas de cargas, o que representa crescimento de aproximadamente 8% em relação ao ano anterior, com expressiva participação de 21,7% do PIB.

Walton Alencar Rodrigues ressaltou, porém, que falta clareza dos papéis desempenhados pelos diversos agentes atuantes no setor portuário e que a falta de atuação proativa das entidades competentes têm prejudicado a troca de experiências e a atuação conjunta, com considerável prejuízo para o planejamento. “É preciso assimilar a idéia de que todo o setor trabalha junto, em busca de soluções comuns, e não como ilhas isoladas.”

O presidente informou, também, que o TCU elegeu, em 2008, o setor portuário marítimo brasileiro como um dos temas de maior significância no planejamento de suas fiscalizações. Acrescentou que serão compostas equipes multidisciplinares, com cerca de 35 analistas, de secretarias em Brasília e nos Estados, para a realização de auditorias operacionais.

Segundo ele, o objetivo é identificar os obstáculos ao desenvolvimento do setor portuário, seja na gestão dos portos, seja na regulação do setor. “Pretende-se contribuir para o aprimoramento da eficiência e da competitividade dos portos nacionais, garantidas a modicidade dos preços praticados, a qualidade, a tempestividade e a continuidade dos serviços prestados”, concluiu.